

O CASTELO REVISITADO: CONTEXTO E PERCEPÇÃO

■ Paulo Ormino de Azevedo

"Em Garcia D'Ávila, o que hoje impera é a pedra. Enegrecidos pelo ar salitroso, blocos enormes de granito atestam perenemente o esforço de uma raça de ciclopes: raça que descortinou o sertão misterioso e, para defendê-lo, alicerçou à beira de um mar povoado de filibusteiros, muralhas de tão excelsa e sombria grandeza..."¹

Nos últimos dias de 2002, foi aberta ao público a restauração, ou melhor, a consolidação das ruínas do Castelo dos Ávilas, na Praia do Forte. Esse edifício, originário do século XVI, embora ampliado duas vezes, é singularmente o único castelo brasileiro, ainda que tardio, e provavelmente das Américas. Castelo não só por ser a sede de um dos maiores

feudos que se tem notícia no mundo, com cerca de 330 léguas ao longo do São Francisco, como pelo caráter de casa senhorial, com torre-almenara, muros e fortificações externas, como testemunham os cronistas e os vestígios arqueológicos, mas também pelas lendas e fantasmas que povoam suas ruínas. Foi essa riqueza semiótica, expressa no minimalismo dos blocos de pedra nus, que mais impressionou Godofredo Filho, o nosso pioneiro diretor do IPHAN local, em inspirado artigo publicado em 1939, na Revista do Patrimônio.

Sua forma nunca foi inteiramente conhecida. Uma perspectiva do monumento teria sido leiloada na Europa no início do século XX, mas nunca foi localizada, mas pouco importa. Por essa razão, e seguramente tocado pelas imagens de Godofredo Filho, Lucio Costa sempre defendeu a preservação do castelo como uma ruína consolidada. Em duas oportunidades anteriores, o IPHAN realizou obras destinadas a mitigar os efeitos do tempo, nos períodos de 1957-59 e 1979-81, ambas sob a orientação criteriosa do Arq. Fernando Machado Leal. Contudo, a ação dos anos e do intemperismo – alternância de sol e chuva – nos últimos quatro lustros, deixaram o monumento em um estado lastimável de instabilidade e conservação.

A questão da restauração arquitetônica, como resgate da unidade potencial da obra de arquitetura, não pode se restringir ao edifício em si, ainda quando apoiada em análises filológicas e tecnológicas, e esquecer o seu contexto, a presença do observador e sua percepção. Ela implica, necessariamente, a compreensão do monumento como obra unitária em suas relações com o ambiente natural e histórico, passado e presente.

■ Arquiteto e Professor titular da Faculdade de Arquitetura da UFBA
ormindo1@terra.com.br

Foi nessas circunstâncias e no embalo das comemorações do Descobrimento do Brasil que o Estado da Bahia, o Governo Federal e a Fundação Garcia D'Ávila, com recursos de bancos e empresas estatais, através de incentivos à cultura, empreenderam sua última e mais ousada restauração. Foram investidos R\$ 7,0 milhões, o equivalente a US\$ 3.5 milhões, não só na consolidação do monumento como na construção de um novo acesso e um centro de recepção de turistas. Uma série de percalços terminou adiando em dois anos a inauguração dessas obras.

Os trabalhos de terraplanagem no entorno do edifício foram acompanhados de cuidadosa prospecção arqueológica, realizada pelos arqueólogos Ivan e Nádja Doria Soares, em continuidade às primeiras investigações realizadas por Ulisses Pernambucano Filho, em 1979, para o IPHAN. Esses trabalhos revelaram vestígios de ocupação do sítio desde a pré-história, passando pelo período pré-colombino, até chegar ao colonial. Infelizmente, devido à celeridade das obras, o interior do monumento foi excluído dessa análise, o que poderia ter elucidado o uso dos espaços internos e a época de cada uma de suas etapas de construção. Fica, porém, a possibilidade, ainda que remota, de prospecções futuras.

Não pretendemos, aqui, discutir a polêmica restauração do monumento, devido às limitações deste espaço, senão por outro aspecto igualmente importante: a contextualização e percepção do edifício, condicionadas pelo novo acesso. Não entraremos, pois, no monumento; ficaremos no seu exterior. Com isso, não estamos diminuindo a importância do monumento e a oportunidade de sua restauração, mas lembrar que o entorno se integra ao monumento e passa a constituir parte dele. Foi exatamente nesse entorno onde ocorreram as maiores intervenções, com movimentação de terra para criação de um complexo receptivo semi-enterrado, rampa de entrada e nivelamento do segundo pátio de chegada.

Quando, no final da década de 1960, foi iniciada a construção da Estrada do Coco, para dar acesso a um grande empreendimento turístico e ao povoado de Praia do Forte, topônimo que indica a relação da praia com o castelo, o traçado original da estrada deveria passar a poucos metros do monumento. Percebendo os danos que tal implantação provocaria sobre o monumento e sua percepção, o professor e arquiteto do IPHAN, Diógenes Rebouças, deflagrou, com o apoio do Conselho de Cultura do Estado, campanha vitoriosa para o deslocamento da estrada, de modo que a mesma se dirigisse à Praia do Forte, não só para absorver o impacto das turmas de turistas, como por ser aquele porto o acesso natural e tradicional do castelo.

Tal ligação se manteve até recentemente, quando, no âmbito das obras recém concluídas, foi criado um novo

acesso pavimentado que liga o monumento diretamente a uma rótula da Estrada do Coco. Na mesma oportunidade, foi desativada a antiga estrada. Perdeu-se, assim, a articulação orgânica entre o castelo, seu porto e o povoado. Essa articulação era fundamental para se entender o complexo feudal que ali existiu e envolvia o porto de ligação com Salvador e o litoral norte, o forte para a defesa dos ataques de piratas, a colônia de pescadores, o beneficiamento do óleo de baleia, cujas ruínas ainda existem e, naturalmente, o criatório de gado com todas as atividades correlatas – marcação, negociação, abate, salga e curtição de couros – que ocupavam um enorme número de empregados e parceiros que viviam naquele e em outros arraiais. Sem sua ligação tradicional, o castelo de Garcia D'Ávila e a Praia do Forte parecem episódios de histórias distintas.

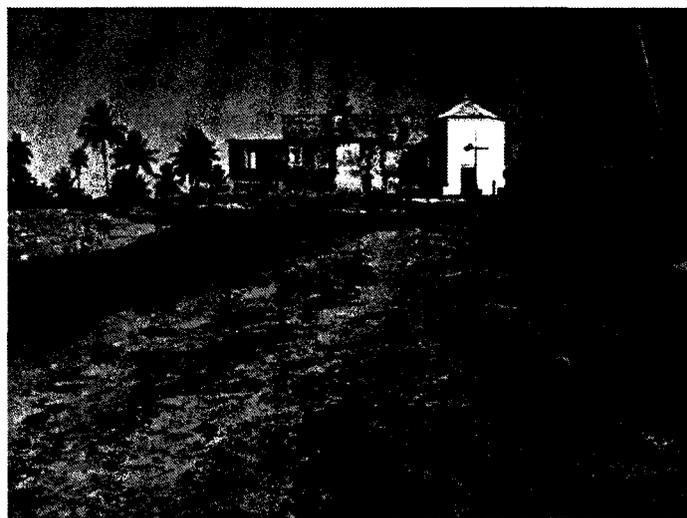


Foto: Paulo Ormino de Azevedo

Fig. 1 Casa da Torre: fachada frontal e acesso primitivo

Outra faceta do novo acesso é a forma como foi alterada a abordagem do monumento. Chegava-se originalmente ao castelo pelo poente, de onde partiam os caminhos que levavam ao sertão, à cidade do Salvador e à Praia do Forte. Comprovam essa afirmativa as trilhas existentes, a orientação da Capela de Nossa Senhora da Conceição e o tratamento requintado das salas da casa quinhentista, voltadas para o poente. Percebia-se, assim, desde longe, o conjunto monumental envolvido por muros que delimitavam um grande pátio. Os alicerces desse muro ainda se conservam. A interrupção dessas fundações por uns poucos metros, no eixo do conjunto, parece indicar a presença de um grande portão de ingresso. Cruzado o portão, tinha-se uma visão completa do monumento de uma distancia



Foto: Paulo Ormino de Azevedo
Fig. 2 O pátio de honra com arrimo impedindo a entrada

de 93 m. Esse acesso, seguindo a chamada lei da persistência dos arruamentos, manteve-se até bem pouco tempo, quando foi substituído por um novo, que analisaremos adiante.

Contudo esse não foi o único ingresso ao monumento. Na sua primeira ampliação, provavelmente de meados do Seiscentos, o monumento ganhou um segundo pátio, esse aberto e voltado para o nascente. Há vestígios arqueológicos da existência de duas escadas simétricas que partiam desse pátio e conduziam o visitante diretamente ao pavimento nobre. Aquele não podia ser um pátio de serviço, senão de entrada. É evidente que o novo palácio, muitas vezes maior que a casa primitiva, utilizando um partido característico do barroco, reorientou o monumento em direção ao mar. Sobre isso já tivemos oportunidade de escrever.² O monumento teve, portanto, duas entradas privilegiadas.

Com a construção do novo acesso e do centro de recepção turística, a topografia local foi alterada, ingressando-se no conjunto por um fosso em rampa, que emerge sob a copa de uma velha gameleira, para então, dando-se meia volta à esquerda, entrarmos no pátio ocidental por uma entrada nova que desemboca ao pé do monumento. Perdeu-se, assim, não só a relação monumento - sítio, como a escala do edifício. Na oportunidade de consolidação e revalorização do monumento, o natural seria que os visitantes fizessem um giro em sua volta antes de ingressar no edifício, para compreender sua volumetria, etapas de construção e relação com o sítio natural. No entanto, setas conduzem o visitante a se adentrar no edifício, antes mesmo de conhecê-lo externamente.

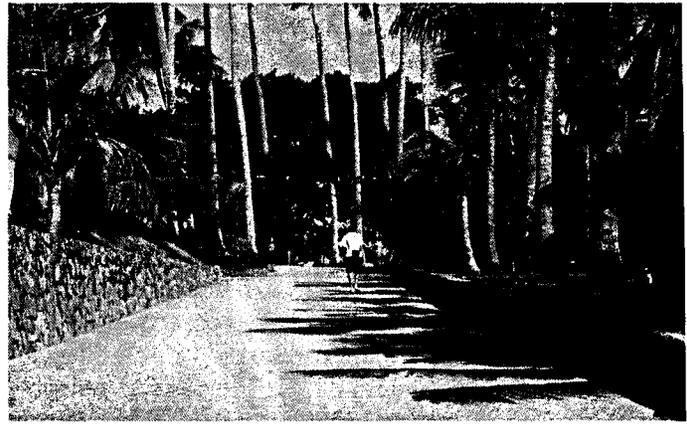


Foto: Paulo Ormino de Azevedo
Fig. 2 Novo acesso

Em consequência dessa nova abordagem, o pátio aberto do século XVII, que originalmente se derramava pela encosta, foi inexplicavelmente nivelado, mediante a criação de um arrimo de gabiões, o que impossibilita o seu acesso do exterior. O antigo pátio de honra perde, assim, o seu status de acesso nobre, para transformar-se em um pátio secundário, cativo, só acessível por dentro do edifício. Não era nossa intenção ingressar no edifício, mas tivemos de fazê-lo para chegar ao pátio antes de ingresso.

Resumindo, a questão da restauração arquitetônica, como resgate da unidade potencial da obra de arquitetura, não pode se restringir ao edifício em si, ainda quando apoiada em análises filológicas e tecnológicas, e esquecer o seu contexto, a presença do observador e sua percepção. Ela implica, necessariamente, a compreensão do monumento como obra unitária, em suas relações com o ambiente natural e histórico, passado e presente. Sem esse entendimento, corre-se o risco de prejudicar a apropriação do monumento. Ainda que se resgate sua integridade física, compromete-se o seu discurso como testemunho da história e desfrute como obra de arquitetura.

Notas

¹GODOFREDO Filho. *A Torre e o Castelo de Garcia D'Ávila*. *Revista do SPHAN*, nº 3. Rio de Janeiro: 1939.

²AZEVEDO, Paulo Ormino. *As Três Etapas do Paço dos Ávila em Tatuapara*. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 42, p. 157-174. Salvador: março de 1996.